



**Ao Exmo. Senhor Cid Ferreira Gomes
Ministro da Educação
Ministério da Educação
Brasília - DF**

Brasília, 02 de Fevereiro de 2015.

Prezado Senhor Ministro da Educação

A educação é um tema fundamental para o povo brasileiro, principalmente no que diz respeito à garantia de um futuro digno para o conjunto da juventude. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) apontou em pesquisa que realizada em 2013, que para 72,97% da população a educação deve ser uma prioridade. Essa preocupação para nossa entidade não é ocasional, visto que o Brasil ocupa o penúltimo lugar no ranking mundial da qualidade de ensino de acordo com a OCDE.

Esses dados buscam ilustrar o quanto é urgente o investimento público na educação pública para que milhões de brasileiros tenham, o quanto antes, o acesso a esse direito em condições de qualidade e de igualdade. É por isto que há seis anos a ANEL tem desenvolvido uma intensa campanha ao lado dos professores, técnicos-administrativo e o conjunto dos movimentos sociais em defesa de 10% do Produto Interno Bruto – PIB para a educação pública, já!

Neste sentido somos críticos ao projeto de educação aplicados nos últimos 12 anos, que ao invés de romper com a lógica mercadológica de transformar a educação em mercadoria, aprofunda e sustenta através do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e Programa Universidade para Todos (PROUNI) a posição de país com as empresas mais lucrativas de ensino. Em detrimento da qualidade, as instituições de ensino superior privado crescem e mantêm o lucro dos grandes empresários por meio de verba pública.

Logo no início deste ano, a presidente Dilma Rousseff elencou como lema de seu segundo mandato: Brasil, pátria educadora. Para nós, defensores da educação pública, esse slogan perde o sentido quando nos primeiros dias do seu governo a presidente anuncia o corte de 22,7 bilhões no orçamento, dos quais a principal pasta atingida foi a educação, com corte de 7 bilhões em valores anuais, antes mesmo da aprovação da Lei Orçamentária Anual (LOA). Para os estudantes livres esse corte é bastante significativo, visto que mesmo com o crescimento do ensino superior, sobretudo privado – mais de 70% de todas as instituições, apenas 17% dos jovens em idade escolar se encontram nas instituições de ensino superior.

As universidades públicas têm encontrado inúmeras dificuldades de se manter, principalmente após o programa de reestruturação universitária. Houve crescimento e a criação de várias unidades, porém sem a estrutura necessária para a quantidade de estudantes ingressantes. A própria Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – Andifes indicou que seria necessário investir 3,8 bilhões/anual para manter a universidade em condições minimamente dignas. Entretanto o valor atual está bastante aquém disso.

Em entrevista no dia 09 de Janeiro, o senhor ministro declarou que o recente corte na pasta não prejudicaria a educação, alegando que seriam reduzidos gastos de custeio do funcionamento da máquina. Contudo, instituições importantes de ensino público superior já apontam dificuldades de manutenção pós-anúncio da restrição orçamentária. A reitoria da Universidade Federal Fluminense (UFF) declarou em janeiro que 70% do orçamento para 2015 já estava comprometido em 2014, os trabalhadores terceirizados enfrentam atraso salarial e ainda existe ameaça de demissão. Na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) não é diferente, nesta universidade o ano já começou com bolsa de auxílio permanência estudantil e salários de terceirizados também atrasados, mesmo diante do crescimento no número de estudantes previsto para este ano a reitoria propôs a redução das bolsas de assistência estudantil, com a qual foi contestada pelo Diretório Central dos Estudantes (DCE). Na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2015 iniciou com atraso de bolsas da pós-graduação, estudantes apontam que também nesta unidade a situação dos trabalhadores terceirizados é grave. Na Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) a reitoria publicou, no dia 20 de janeiro, nota informando que o corte orçamentário deste ano deixará a universidade em uma situação mais “apertada” do que em 2014.

Com a publicação do decreto, a situação financeira das universidades federais, que em 2014 foi sofrida, passa a ser ainda mais difícil, principalmente no caso da Unifesp, em que o orçamento está aquém do porte da instituição. Este cenário nos obriga a reavaliar medidas a cada instante devido à falta de recursos. Dentre estas está a suspensão de contratos ou cortes parciais nos mesmos. A Reitoria e diretorias acadêmicas dos campi estão trabalhando para a manutenção dos serviços essenciais enquanto a política de contingenciamento vigorar. Porém, não sabemos ainda quais impactos isso produzirá sobre as atividades de ensino, pesquisa e extensão, incluindo também o hospital universitário.¹

A realidade é que esses são apenas alguns relatos de uma série de situações apontadas por vários estudantes de todo o país. Para nós a crise orçamentária não começou neste ano, mas pode atingir proporções alarmantes se não houver uma política séria de investimento no ensino superior público e revogação dos cortes, sobretudo nos estados mais afetados com a crise hídrica que irá atingir escolas, hospitais, a população e inclusive as universidades públicas.

Neste sentido acreditamos ser urgente a regularização da situação em que se encontram as universidades, que o Governo Federal e o Ministério da Educação assegurem o não atraso das bolsas de assistência estudantil imediatamente, e se comprometam com o investimento de 2,5 bilhões para o PNAES. É preciso avançar também na garantia ao menos das condições mínimas de estrutura na rede pública universitária em caráter iminente, apontada pelos estudantes como um grave problema. Além disso, nos solidarizamos e exigimos que nenhum trabalhador terceirizado sofra com atraso salarial e que o governo garanta que não haja nenhuma demissão. É urgente que esses trabalhadores sejam incorporados ao quadro de funcionários da universidade, tendo direitos e estabilidade do emprego em condições de igualdade.

Atenciosamente,

Assembleia Nacional de Estudantes – Livre
anelonline@gmail.com

¹ Extraído no dia 02 de fevereiro de 2015:
http://www.unifesp.br/campus/gua/index.php?option=com_content&view=article&id=536:nota-da-reitoria-da-unifesp-sobre-o-orcamento-de-2015&catid=81:informes&Itemid=661. Às 10h30